

Prefeitura Municipal de Sirinhaém - PE

GOVERNO PARA O BEM-ESTAR SOCIAL



LEI Nº 860/93.

EMENTA: Institui o Fundo Municipal de Saúde dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DO SIRINHAÉM, ESTADO DE PERNAMBUCO;
Faço saber que a CÂMARA MUNICIPAL DO SIRINHAÉM, aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º - Fica instituído o Fundo Municipal de Saúde que tem por objetivo criar condições financeiras e de gerência dos recursos destinados ao desenvolvimento das ações de Saúde executadas ou coordenadas pela Secretaria Municipal de Saúde que compreendem:

I - O atendimento à saúde universalizada, integral, regionalizada e hierarquizado;

II - A vigilância sanitária;

III - A vigilância epidemiológica ações de saúde de interesse individual e coletiva correspondente;

IV - O controle e fiscalização das agressões ao meio ambiente, nele compreendido o ambiente de trabalho em comum acordo com as organizações competentes das esferas Federal e Estadual.

Art. 2º - O Fundo Municipal de Saúde ficará subordinado diretamente ao Secretário Municipal de Saúde.

Art. 3º - São atribuições do Secretário de Saúde:

I - Gerir o Fundo Municipal de Saúde e estabelecer políticas de aplicação dos seus recursos em conjunto com o Conselho Municipal de Saúde;

II - Acompanhar, avaliar e decidir sobre a realização das ações previstas no Plano Municipal de Saúde;

III - Submeter ao Conselho Municipal de Saúde o plano de aplicação a cargo do Fundo, em consonância com o plano Municipal de Saúde e com a Lei de diretrizes orçamentárias;

IV - Submeter ao Conselho Municipal de Saúde as demonstrações mensais de receita e despesa do Fundo;



Secretaria Municipal de Sinhaes GOVERNO PARA O BEM-ESTAR SOCIAL

12/12/2017

Assunto: Relatório de Gestão do Município de Sinhaes

O presente relatório tem como objetivo apresentar a gestão do Município de Sinhaes no ano de 2017, bem como as principais ações realizadas e os resultados alcançados.

1.1 - A gestão do Município de Sinhaes em 2017 foi caracterizada por um planejamento estratégico que visou o desenvolvimento sustentável do município, com foco na melhoria da qualidade de vida da população e na promoção da transparência e accountability.

1.2 - O planejamento estratégico foi elaborado com a participação da comunidade e dos órgãos municipais, visando garantir a transparência e a accountability da gestão.

1.3 - A gestão do Município de Sinhaes em 2017 foi caracterizada por um planejamento estratégico que visou o desenvolvimento sustentável do município, com foco na melhoria da qualidade de vida da população e na promoção da transparência e accountability.

1.4 - A gestão do Município de Sinhaes em 2017 foi caracterizada por um planejamento estratégico que visou o desenvolvimento sustentável do município, com foco na melhoria da qualidade de vida da população e na promoção da transparência e accountability.

1.5 - A gestão do Município de Sinhaes em 2017 foi caracterizada por um planejamento estratégico que visou o desenvolvimento sustentável do município, com foco na melhoria da qualidade de vida da população e na promoção da transparência e accountability.

1.6 - A gestão do Município de Sinhaes em 2017 foi caracterizada por um planejamento estratégico que visou o desenvolvimento sustentável do município, com foco na melhoria da qualidade de vida da população e na promoção da transparência e accountability.

1.7 - A gestão do Município de Sinhaes em 2017 foi caracterizada por um planejamento estratégico que visou o desenvolvimento sustentável do município, com foco na melhoria da qualidade de vida da população e na promoção da transparência e accountability.

1.8 - A gestão do Município de Sinhaes em 2017 foi caracterizada por um planejamento estratégico que visou o desenvolvimento sustentável do município, com foco na melhoria da qualidade de vida da população e na promoção da transparência e accountability.

1.9 - A gestão do Município de Sinhaes em 2017 foi caracterizada por um planejamento estratégico que visou o desenvolvimento sustentável do município, com foco na melhoria da qualidade de vida da população e na promoção da transparência e accountability.

1.10 - A gestão do Município de Sinhaes em 2017 foi caracterizada por um planejamento estratégico que visou o desenvolvimento sustentável do município, com foco na melhoria da qualidade de vida da população e na promoção da transparência e accountability.

1.11 - A gestão do Município de Sinhaes em 2017 foi caracterizada por um planejamento estratégico que visou o desenvolvimento sustentável do município, com foco na melhoria da qualidade de vida da população e na promoção da transparência e accountability.

1.12 - A gestão do Município de Sinhaes em 2017 foi caracterizada por um planejamento estratégico que visou o desenvolvimento sustentável do município, com foco na melhoria da qualidade de vida da população e na promoção da transparência e accountability.

1.13 - A gestão do Município de Sinhaes em 2017 foi caracterizada por um planejamento estratégico que visou o desenvolvimento sustentável do município, com foco na melhoria da qualidade de vida da população e na promoção da transparência e accountability.

1.14 - A gestão do Município de Sinhaes em 2017 foi caracterizada por um planejamento estratégico que visou o desenvolvimento sustentável do município, com foco na melhoria da qualidade de vida da população e na promoção da transparência e accountability.

Prefeitura Municipal de Sirinhaém - PE

GOVERNO PARA O BEM-ESTAR SOCIAL



Continuação da Lei nº 860/93.

V - Encaminhar à contabilidade geral do Município as demonstrações mencionadas no inciso anterior;

VI - Subdelegar competências aos responsáveis pelos estabelecimentos de prestações de serviços de saúde que integram a rede Municipal;

VII - Assinar cheques com o responsável pela tesouraria, quando for o caso;

VIII - Ordenar empenhos e pagamentos das despesas do Fundo;

IX - Firmar convênios e contratos, inclusive de empréstimo, juntamente com o Prefeito, referente a recursos que serão administrados pelo Fundo.

Art. 4º - São atribuições do coordenador do Fundo:

I - Preparar as demonstrações mensais de receita e despesa a serem encaminhadas ao Secretário Municipal de Saúde;

II - Manter os controles necessários à execução orçamentária do Fundo referentes a empenhos, liquidação e pagamento das despesas e aos recebimentos das receitas do Fundo;

III - Manter, em coordenação com o setor de patrimônio da Prefeitura Municipal, os controles necessários sobre os bens patrimoniais com carga ao Fundo;

IV - Encaminhar à contabilidade geral do Fundo:

a) Mensalmente, as demonstrações de receitas e despesas;

b) Trimestralmente, os inventários de estoques de medicamentos e de instrumentos médicos;

c) Anualmente, o inventário dos bens móveis e imóveis e o balanço geral do Fundo;

V - Firmar, com o responsável pelos controles na execução orçamentária, as demonstrações demonstradas anteriormente;



Prefeitura Municipal de Sinimbuém - PE

GOVERNO PARA O BEM-ESTAR SOCIAL

Constituição da Lei nº 100/93.

Art. 1º - A administração municipal é constituída pelo Poder Executivo e pelo Poder Legislativo.

Art. 2º - O Poder Executivo é exercido pelo Prefeito Municipal, auxiliado por um Conselho Municipal.

Art. 3º - O Poder Legislativo é exercido pelo Conselho Municipal.

Art. 4º - O Conselho Municipal é composto por membros eleitos pelo povo, para um mandato de quatro anos.

Art. 5º - O Conselho Municipal é responsável pela fiscalização da administração municipal.

Art. 6º - O Conselho Municipal é responsável pela fiscalização da administração municipal.

Art. 7º - O Conselho Municipal é responsável pela fiscalização da administração municipal.

Art. 8º - O Conselho Municipal é responsável pela fiscalização da administração municipal.

Art. 9º - O Conselho Municipal é responsável pela fiscalização da administração municipal.

Art. 10º - O Conselho Municipal é responsável pela fiscalização da administração municipal.

Art. 11º - O Conselho Municipal é responsável pela fiscalização da administração municipal.

Art. 12º - O Conselho Municipal é responsável pela fiscalização da administração municipal.

Art. 13º - O Conselho Municipal é responsável pela fiscalização da administração municipal.

Art. 14º - O Conselho Municipal é responsável pela fiscalização da administração municipal.

Prefeitura Municipal de Sirinhaém - PE

GOVERNO PARA O BEM-ESTAR SOCIAL



Continuação da Lei nº 860/93. nº 860/93.

VI - Preparar os relatórios de acompanhamentos da realização das ações de saúde para serem submetidas a Secretário Municipal de Saúde;

VII - Providenciar junto à contabilidade geral do Município as demonstrações que indiquem a situação econômica-financeira geral do Fundo Municipal de Saúde;

VIII - Apresentar ao Secretário Municipal de Saúde, análise e avaliação da situação econômica-financeira do Fundo Municipal de Saúde detectada nas demonstrações mencionadas;

IX - Manter os controles necessários sobre os convênios ou contratos de prestação de serviços pelo setor privado e dos empréstimos feitos para a Saúde;

X - Encaminhar, mensalmente para o Secretário Municipal de Saúde, relatórios de acompanhamento e avaliação de produção de serviços prestados pelo setor privado;

XI - Manter o controle de avaliação da produção das unidades integrantes da rede Municipal de Saúde;

XII - Encaminhar mensalmente ao Secretário Municipal de Saúde, relatórios de acompanhamento e avaliação da produção de serviços prestados pela rede Municipal de Saúde.

Art. 5º - São receitas do Fundo:

I - As transferências oriundas do orçamento da seguridade social e do orçamento estadual, em decorrência do que dispõe o artigo 30, VII da Constituição Federal e recursos do tesouro Municipal.

II - Os rendimentos e os juros provenientes de aplicações financeiras;

III - O produto de Convênio firmados com outras entidades financeiras;

IV - O produto da arrecadação da taxa de fiscaliz-



Prefeitura Municipal de Sirinhaem - PE

GOVERNO PARA O BEM-ESTAR SOCIAL

Considerando que a Lei nº 1.234, de 1978, dispõe sobre a organização da administração municipal, e

considerando que a Lei nº 1.234, de 1978, dispõe sobre a organização da administração municipal, e

considerando que a Lei nº 1.234, de 1978, dispõe sobre a organização da administração municipal, e

considerando que a Lei nº 1.234, de 1978, dispõe sobre a organização da administração municipal, e

considerando que a Lei nº 1.234, de 1978, dispõe sobre a organização da administração municipal, e

considerando que a Lei nº 1.234, de 1978, dispõe sobre a organização da administração municipal, e

considerando que a Lei nº 1.234, de 1978, dispõe sobre a organização da administração municipal, e

considerando que a Lei nº 1.234, de 1978, dispõe sobre a organização da administração municipal, e

considerando que a Lei nº 1.234, de 1978, dispõe sobre a organização da administração municipal, e

considerando que a Lei nº 1.234, de 1978, dispõe sobre a organização da administração municipal, e

considerando que a Lei nº 1.234, de 1978, dispõe sobre a organização da administração municipal, e

Prefeitura Municipal de Sirinhaém - PE

GOVERNO PARA O BEM-ESTAR SOCIAL



Continuação da Lei nº 860/93.

zação sanitária de higiene, multas e juros de mora por infrações no código Sanitário bem como parcelas de arrecadação de outras taxas já instituídas e daquelas que o Município vier a criar;

V - As parcelas do produto da arrecadação da taxa de outras receitas próprias oriundas das atividades econômicas, de prestação de serviço e de outras transferências que o Município tenha direito a receber por força de lei e de convênios no setor;

VI - Doações em espécie feitas diretamente para este Fundo.

§ 1º - as receitas descritas neste artigo serão depositadas em conta especial a ser aberta e mantida em agência de estabelecimento oficial de crédito.

§ 2º - a aplicação dos recursos de natureza financeira dependerá:

I - da existência de disponibilidade em função do cumprimento de programação;

II - de prévia aprovação do Secretário Municipal de Saúde.

Art. 6º - Constituem ativos do Fundo Municipal de Saúde:

I - Disponibilidade monetária em bancos ou caixa especial oriundas das receitas especificadas;

II - Direitos que porventura vier a constituir;

III - Bens móveis e imóveis que forem destinados ao Sistema de Saúde do Município;

IV - Bens móveis ou imóveis que forem destinados, com ou sem ônus, destinados ao Sistema de Saúde;

V - Bens móveis e imóveis destinados à administração do Sistema de Saúde do Município.

Parágrafo único - Anualmente se processará o inventário



Continuação da Lei nº 860/93.

rio dos bens e direitos vinculado ao Fundo.

Art. 7º - Constituem passivos do Fundo Municipal de Saúde as obrigações de qualquer natureza que porventura o Município venha assumir para a manutenção e o funcionamento do Sistema Municipal de Saúde.

Art. 8º - O orçamento do Fundo Municipal de Saúde evidenciará as políticas e o programa de trabalho governamentais, observados o plano plurianual e a lei de diretrizes orçamentárias e os princípios da universalidade e do equilíbrio.

§ 1º - O orçamento do Fundo Municipal, em obediência ao princípio da unidade.

§ 2º - O orçamento do Fundo Municipal de Saúde observará na sua elaboração e na sua execução, os padrões e normas estabelecidas na legislação pertinente.

Art. 9º - A Contabilidade do Fundo Municipal de Saúde, tem por objetivo evidenciar a situação financeira, patrimonial e orçamentária do sistema Municipal de Saúde, observados os padrões e normas estabelecidas na legislação pertinente.

Art. 10 - A contabilidade será organizada de forma a permitir o exercício de suas funções de controle prévio, concomitante e subsequente e de informar, inclusive de apropriar custos do serviço e consequentemente de concretizar o seu objetivo, bem como interpretar e analisar os resultados obtidos.

Art. 11 - A escrituração contábil será feita pelo método das partidas dobradas.

§ 1º - A contabilidade emitirá relatórios mensais de gestão, inclusive dos custos dos serviços.

§ 2º - Entende-se por relatórios de gestão os balanços mensais de receita e de despesa do Fundo Municipal de Saúde e demais demonstrações exigidas pela administração e pela legislação pertinente.



Prefeitura Municipal de São Paulo - PE GOVERNO PARA O BEM-ESTAR SOCIAL

Constituição da Lei nº 1.200/03.

rio dos bens e direitos vinculados ao Fundo.

Art. 78 - Constituem-se ativos do Fundo Municipal de

sendo as operações de capitalização, que compreendem o Município e

que ocorram para o aumento e o funcionamento do sistema municipal de

saúde.

Art. 82 - O orçamento do Fundo Municipal de Saúde é

viduando-se a política e o regime de capitalização, o qual

dos o plano plurianual e a lei de diretrizes orçamentárias, os princípios

pelo a administração e do equilíbrio.

Art. 83 - O orçamento do Fundo Municipal de Saúde é

em seu âmbito de atuação.

Art. 84 - O orçamento do Fundo Municipal de Saúde é

servar, em sua elaboração e em sua execução, as seguintes normas gerais

relativas à legislação municipal.

Art. 85 - A administração do Fundo Municipal de Saúde

de, em seu objetivo essencial, a atividade financeira, patrimonial e

contábil do sistema municipal de saúde, observando as normas

estabelecidas na legislação municipal.

Art. 86 - A administração do Fundo Municipal de Saúde

é exercida de forma direta, sob o controle direto, econômico e

o planejamento e de controle, inclusive de controle de gastos e

conhecimento de controle e de controle, bem como controle de

análise ou remissão de dados.

Art. 87 - A administração do Fundo Municipal de Saúde

deve ser exercida de forma direta.

Art. 88 - A administração do Fundo Municipal de Saúde

deve ser exercida de forma direta.

Art. 89 - A administração do Fundo Municipal de Saúde

deve ser exercida de forma direta.

Art. 90 - A administração do Fundo Municipal de Saúde

deve ser exercida de forma direta.

Art. 91 -



Continuação da Lei nº 860/93.

§ 3º - As demonstrações e os relatórios produzidos passarão a ingressar na contabilidade geral do Município.

Art. 12º - Imediatamente após a promulgação da Lei de orçamento o Secretário Municipal de Saúde aprovará o quadro de cotas trimestrais, que serão distribuídas entre as unidades executoras do sistema Municipal de Saúde.

Parágrafo único - As cotas trimestrais poderão ser alteradas durante o exercício, observados o limite fixado no orçamento e o comportamento da sua execução.

Art. 13º - Nenhuma despesa será realizada sem a necessária autorização orçamentária.

Parágrafo único - Para os casos de insuficiências e omissões orçamentárias poderão ser utilizados os créditos adicionais suplementares e especiais, autorizados por lei e aberto por decreto do executivo.

Art. 14º - A despesa do Fundo Municipal de Saúde se constituirá de:

I - Financiamento total ou parcial de programas integrados de Saúde desenvolvidos pela Secretaria ou com ela convênios;

II - Pagamento de vencimento, salários, gratificações ao pessoal dos órgãos ou entidades de administração direta que participem da execução das ações previstas no Art. 1º da presente Lei;

III - Pagamento pela prestação de serviços de direito privado para execução de programas ou projetos específicos do setor de saúde, observado o disposto no § 1º, Art. 199 da Constituição Federal;

IV - Aquisição de material permanente e de consumo e de outros insumos necessários ao desenvolvimento dos programas;

V - Construção, reforma, ampliação, aquisição

Constituição de 1988

Art. 120 - O Conselho Municipal de Saúde é o órgão de assessoramento técnico e de controle da administração municipal em matéria de saúde.

Art. 121 - O Conselho Municipal de Saúde é composto por representantes de todas as secretarias municipais, de instituições de ensino, de pesquisa e de assistência social, de profissionais da saúde e de representantes da comunidade. O Conselho Municipal de Saúde é presidido pelo Secretário Municipal de Saúde e tem como membros titulares os Secretários das Secretarias Municipais de Saúde, de Educação, de Cultura, de Esportes, de Trabalho e Assistência Social, de Meio Ambiente, de Planejamento e de Finanças. O Conselho Municipal de Saúde também é composto por representantes de instituições de ensino, de pesquisa e de assistência social, de profissionais da saúde e de representantes da comunidade.

Art. 122 - O Conselho Municipal de Saúde é o órgão de assessoramento técnico e de controle da administração municipal em matéria de saúde. O Conselho Municipal de Saúde é presidido pelo Secretário Municipal de Saúde e tem como membros titulares os Secretários das Secretarias Municipais de Saúde, de Educação, de Cultura, de Esportes, de Trabalho e Assistência Social, de Meio Ambiente, de Planejamento e de Finanças. O Conselho Municipal de Saúde também é composto por representantes de instituições de ensino, de pesquisa e de assistência social, de profissionais da saúde e de representantes da comunidade.

Art. 123 - O Conselho Municipal de Saúde é o órgão de assessoramento técnico e de controle da administração municipal em matéria de saúde. O Conselho Municipal de Saúde é presidido pelo Secretário Municipal de Saúde e tem como membros titulares os Secretários das Secretarias Municipais de Saúde, de Educação, de Cultura, de Esportes, de Trabalho e Assistência Social, de Meio Ambiente, de Planejamento e de Finanças. O Conselho Municipal de Saúde também é composto por representantes de instituições de ensino, de pesquisa e de assistência social, de profissionais da saúde e de representantes da comunidade.

Art. 124 - O Conselho Municipal de Saúde é o órgão de assessoramento técnico e de controle da administração municipal em matéria de saúde. O Conselho Municipal de Saúde é presidido pelo Secretário Municipal de Saúde e tem como membros titulares os Secretários das Secretarias Municipais de Saúde, de Educação, de Cultura, de Esportes, de Trabalho e Assistência Social, de Meio Ambiente, de Planejamento e de Finanças. O Conselho Municipal de Saúde também é composto por representantes de instituições de ensino, de pesquisa e de assistência social, de profissionais da saúde e de representantes da comunidade.

Art. 125 - O Conselho Municipal de Saúde é o órgão de assessoramento técnico e de controle da administração municipal em matéria de saúde. O Conselho Municipal de Saúde é presidido pelo Secretário Municipal de Saúde e tem como membros titulares os Secretários das Secretarias Municipais de Saúde, de Educação, de Cultura, de Esportes, de Trabalho e Assistência Social, de Meio Ambiente, de Planejamento e de Finanças. O Conselho Municipal de Saúde também é composto por representantes de instituições de ensino, de pesquisa e de assistência social, de profissionais da saúde e de representantes da comunidade.

Prefeitura Municipal de Sirinhaém - PE

GOVERNO PARA O BEM-ESTAR SOCIAL



Continuação da Lei nº 860/93.

ção de imóveis para adequação da rede física de prestação de serviços de Saúde;

VI - Desenvolvimento e aperfeiçoamento dos instrumento de gestão, planejamento, administração e controle das ações de Saúde;

VII - Atendimento de despesas diversas, de caráter urgente e inadiável, necessárias à execução das ações e serviços de Saúde;

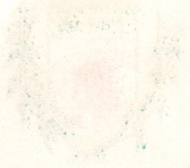
Art. 15º - A execução orçamentária das receitas se processará através da obtenção do seu produto nas fontes determinadas nesta lei.

Art. 16º - O Fundo Municipal de Saúde terá vigência ilimitada.

Art. 17º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DO SIRINHAÉM,
em 05 de Agosto de 1993.

a) ALBERTO MACHADO GOUVEIA LINS.
- Prefeito -



MINISTÉRIO DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL
GOVERNO DA REPÚBLICA

Constituição da Lei nº 1.232

Art. 1º - A presente lei tem por objeto a criação de uma comissão de estudos e de pesquisas para a elaboração de um plano de desenvolvimento econômico e social do Brasil.

Art. 2º - A comissão de estudos e de pesquisas será composta por representantes do Poder Executivo, do Poder Legislativo e do Poder Judiciário, bem como por especialistas em economia, sociologia, estatística e outras ciências afins.

Art. 3º - A comissão de estudos e de pesquisas terá como missão estudar e propor medidas para a melhoria da situação econômica e social do Brasil, bem como para a criação de empregos e para o desenvolvimento da indústria e do comércio.

Art. 4º - A comissão de estudos e de pesquisas será instalada no prazo de 30 dias a contar da publicação desta lei, e terá seu primeiro encontro no dia 15 de março de 1951.

Art. 5º - O Presidente da Comissão de Estudos e de Pesquisas será nomeado pelo Presidente da República, e terá o título de Presidente da Comissão de Estudos e de Pesquisas.

Art. 6º - O Presidente da Comissão de Estudos e de Pesquisas poderá nomear e demitir membros da comissão, bem como propor a extinção da comissão.

Art. 7º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

BRASÍLIA, 15 de março de 1951.
- Assinado -

15